

96 96  
9/9/1974

OPINIÃO

# O presidente e os partidos

Fernando Henrique Cardoso

S ã os observadores, iludidos ou desatentos, surpreenderam-se com a última fala presidencial. De fato, como reafirmou o general Geisel, seu pensamento político sempre foi claro: a construção do futuro político "deverá realizar-se, necessariamente, no quadro de nosso regime democrático, obedecidas regras fundamentais da conduta política, tais como as do atendimento real às mais caras aspirações do povo em geral, da representatividade legítima da vontade popular e da rotatividade periódica dos executivos, através de uma estrutura partidária, de natureza plural, dentro dos moldes constitucionais".

A tensão latente entre uma inspiração democrático-formal (a representatividade e o pluralismo bem como a rotatividade) e o atendimento real dos anseios populares (que se repete na idéia da mobilização partidária e popular), por um lado, e, por outro, os condicionantes efetivos da "nossa democracia" e os "modelos constitucionais" atuais, permitem a dupla leitura mesmo da parte de discurso presidencial em que se expressa o ideário político do general Geisel. Que dizer então da segunda parte do discurso, quando ao falar mais como chefe de Estado de que como líder político, relembra o desnecessário: devagar com o andar porque o santo é de barro?

Tarefa de Sísifo — assim a qualificou

o editorialista de *O Estado de São Paulo* — a que pede o presidente aos políticos, essa de imaginar uma democracia real, baseada em condicionamentos restritivos mais do que efetivos.

A pergunta que cabe é: como fica a nação entre um pensamento que aspira a elaboração de "modelos" democráticos e um Estado que pela ordem das coisas — dos aparelhos mais do que da vontade dos homens — baliza muito estreitamente o campo das possibilidades?

A crer na diretriz presidencial, o círculo das restrições requer, para ser rompido, o fortalecimento das estruturas partidárias. Nessas, eliminada a hipótese do partido único, mas limitado o pluralismo a dois, a efetividade democrática depende de um sistema partidário no qual as manipulações de cúpula deverão ceder passo à "capilaridade" suficiente para que sua mensagem seja capaz de chegar até às menores e mais distantes unidades administrativas e possam eles (os partidos) captar, com fidelidade as várias aspirações da população brasileira". Consequentemente, a

revitalização da vida partidária requer a "eficiente motivação política" do povo brasileiro".

Na mesma linha de idéias o presidente, enquanto chefe de partido, relembra que "a vida democrática não se desenvolve nem se aperfeiçoa com reduzidos níveis de participação popular".

Não quero repetir argumentos que são comuns — e que eu compartilho — contra a viabilidade de uma efetiva participação democrática e popular no sistema bipartidário. Apesar desta discrepância, parece-me salutar (e há tempos não se ouvia de alguém investido do mais alto poder tais declarações) a insistência quanto à necessidade de participação popular e de representatividade partidária real na vida política. Tal tipo de consideração é mais direto e correto do que os muitos malabarismos de eleições por círculos, votos indiretos, descompressões gradualistas e outros "modelos" que o autoritarismo envergonhado apresenta com frequência como a "solução institucional".

Se, portanto, o presidente crê no sistema de partidos e vê na democracia

de base representativa a participação universal pelo exercício do voto, os pilares da "nossa democracia", deverá ser tanto dele, quanto nossa e dos políticos, a tarefa de encaminhar os meios e modos para que os condicionamentos de fato e os atos que coíbem as liberdades políticas sejam postos de escanteio. A tensão expressa no discurso presidencial existe na realidade cotidiana da vida política do Brasil de hoje. Mais do que às oposições (cujo papel não pode limitar-se a dizer "sim, senhor" mas deve ser o de buscar alcançar o poder pelos meios institucionais a serem definidos) cabe ao governo, na medida em que sua cúpula partilhar de fato aspirações democráticas, redefinir o regime para que ele possa abrir-se a uma prática livre, de participação popular e legalidade pactada.

Tomara que no futuro o general Geisel possa fazer discursos que expressem o êxito nesta tarefa, tão difícil e arriscada quanto a de tentar manter firme a voz da oposição diante de tantos e tão pouco sutis condicionamentos. Até que este êxito ocorra reservo-me o direito de, menos

do que aplaudir intenções, anotá-las e ter como consolo a convicção de que as dificuldades não se limitam às oposições mas atingem também aqueles que por sua posição pareceriam estar mais livres para falar e agir. Consolo de pobre que mais valia fosse substituído pela emoção de ver um dia a rara coincidência de aspirações democráticas dos que sempre estiveram do lado de cá do muro do poder (e não desejam afastar-se deste sítio) com as práticas institucionais dos que controlam as rédeas do governo.

**opinião**  
(no exterior)

Em Paris, a venda avulsa de Opinião é feita na livraria Joie de Lire e, também, na Librairie Portugaise 33, Rue Gay-Lussac 75005